

**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Ato nº 134, de 23 de setembro de 2009.

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal e anexos, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, referente ao período de setembro de 2008 a agosto de 2009, para divulgação e conhecimento público.

JOSÉ ANTONIO PARENTE DA SILVA
Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

**UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009**

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I			R\$ Milhares
Despesas Executadas (últimos 12 meses)			
DESPESA COM PESSOAL	Liquidada	Inscrita em Restos a Pagar não processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	201.137	577	201.714
Pessoal Ativo	148.438	576	149.014
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)	3.658	151	3.809
Demais Despesas com Pessoal Ativo	144.780	425	145.205
Pessoal Inativo e Pensionistas	52.699	1	52.700
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-)Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	57.756	151	57.907
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	3.658	151	3.809
Despesas de Exercícios Anteriores	1.540	0	1.540
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	52.558	0	52.558
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	143.381	426	143.807
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			423.852.829
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100	0,033828%	0,000101%	0,033929%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,076928%			326.062
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,073082			309.758
FONTE: SIAFI e Divisão de Contabilidade/DSOFC/TRT 7ª Região			

Notas:

- 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.
- 2) O item "Sentenças Judiciais com Precatório" é a soma de R\$ 2.071.718,29 relativo a Sentenças de Pequeno Valor, Ação 0625 e Precatório da Administração Direta, Ação 0005, R\$ 1.737.289,56
- 3) Este Relatório não inclui o valor de R\$ 17.772.058,68 referente destaque para pagamento de precatórios de Órgãos da Administração Pública Indireta, conforme art. 29 da Lei 11.768/2008 (LDO/2009).
- 4) As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000.

Fortaleza, 23 de setembro de 2009.

JOSÉ ANTONIO PARENTE DA SILVA
Desembargador Presidente do Tribunal

FRANCISCO JOSE PONTES IBIAPINA
Diretor Geral - Ordenador da Despesa

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
Diretora da Diretoria do Serviço de Orçamento, Finanças e Contabilidade

ANA PAULA BORGES DE ARAÚJO ZAUPA
Assessora de Controle Interno